

JUVENTUDES E VIOLÊNCIAS: RASURAS, REPRESENTAÇÕES E POSSIBILIDADES

Bruna Pegna Hercog¹
Marialina Côgo Antolini²

RESUMO

Em que medida o fortalecimento da participação social de jovens de classes urbanas pobres contribui para a prevenção à violência? Partindo desta pergunta, este artigo tem como objetivo propor uma reflexão sobre as relações entre juventude, violência e participação social. Os conceitos serão abordados a partir de um levantamento bibliográfico e relacionados com a empiria, através de um estudo de caso: a experiência da Comissão de Comunicação e Mobilização Social em Convivência e Segurança Cidadã, instância participativa criada no âmbito das ações do Programa Conjunto da Organização das Nações Unidas “Segurança com Cidadania” em três municípios brasileiros: Contagem (MG), Vitória (ES) e Lauro de Freitas (BA).

Palavras-chave: juventude; participação; mobilização social; comunicação; cidadania

O crescimento acelerado da violência urbana é considerado, hoje, o maior problema do Brasil. Uma realidade que não é peculiar ao país, mas se estende por toda América Latina. Crime, violência e insegurança, intensificados pelo crime organizado, tráfico de drogas, contrabando de armas e corrupção marcam as dinâmicas sociais dos centros urbanos latinoamericanos, principalmente nas áreas chamadas periféricas. No Brasil, este cenário começa a se intensificar principalmente nas décadas de 1980 e 1990 (MESQUISTA NETO, 2011).

O Brasil é o quinto país que mais assassina seus jovens em todo o mundo e está entre os dez mais violentos há mais de dez anos. Aparece em sexto lugar no ranking que compara cem países que registraram taxa de homicídios, entre 2008 e 2012, para cada grupo de 100 mil

¹ Mestranda do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, sob orientação da Prof^a. Dra. Rita de Cássia Aragão. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e consultora em comunicação e mobilização social em projetos de Segurança Cidadã do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). E-mail: bhercog@gmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo, sob orientação do Prof. Dr^o. Edgar Rebouças, pesquisadora do Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e consultora em comunicação e mobilização social em projetos de Segurança Cidadã do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Email: marialina.antolini@gmail.com

habitantes. Fica atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Venezuela, Guatemala e Ilhas Virgens. Em 2012³, 112.709 pessoas morreram em situações de violência no país, número que equivale a 58,1 habitantes a cada grupo de 100 mil⁴. Com relação à taxa de homicídio juvenil, o Brasil é o 5º do ranking.

A principal vítima de homicídio no Brasil é o jovem negro, do sexo masculino, oriundo de classes urbanas pobres. Entre 2002 e 2012 as taxas de homicídios de brancos diminuíram 24%, enquanto que as de homicídios de negros aumentaram 7,8%. Com isso, a taxa de vitimização negra (quantos negros a mais morrem vítimas de homicídio em proporção às mortes de brancos na mesma condição) praticamente duplica, passando de 73 para 146%⁵. A vitimização jovem negra, no período de 2002 a 2012, cresceu significativamente: 100,7%. Para cada jovem branco assassinado, morrem 2,7 jovens negros.

A situação se revela ainda mais preocupante quando se refere ao índice de homicídios na faixa etária de 16 e 17 anos. Em 2013, foram registradas, no Brasil, 3.561 mortes de jovens de 16 anos (70,7% por causas externas e 29,3% por causas naturais). Os homicídios corresponderam a 43,1% do total de mortes acontecidas em 2013 entre jovens de 16 anos. Entre os 17 anos, a situação é ainda mais preocupante. Em 2013, morreu um total de 4.592 jovens: 3.453 (75,2%) por causas externas e 1.139 (24,8%) por causas naturais. Praticamente a metade dos óbitos foram decorrentes de homicídios (48,2%)⁶.

Os fatores que contribuem para os altos índices de jovens vítimas de atos violentos são diversos e complexos: elevados índices de desemprego juvenil, evasão escolar, desigualdade socioeconômica, falha nos sistemas de proteção social, entre outros. Como ressalta Regina Novaes (2008, p. 7): “é entre os jovens que encontramos as contradições presentes na sociedade brasileira”. Para Gurski (2012), a desvalorização da experiência como produtora de subjetividade pode ser considerada um fator de estímulo ao uso de drogas e à lógica do consumo excessivo. A violência, neste contexto de ausências, é um ato simbólico que funciona como suporte de um reconhecimento que não aconteceu por outras vias e a

³ Os dados são do Mapa da Violência Mapa da Violência 2014: Homicídios e Juventude no Brasil. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br

⁴ Desse total, 56.337 foram vítimas de homicídio, 46.051, de acidentes de transporte e 10.321, de suicídios.

⁵ Informações retiradas da matéria “O racismo que mata”, de Maria Carolina Trevisan. Disponível em: <http://ponte.org/o-racismo-que-mata/>.

⁶ Mapa da Violência 2015: adolescentes de 16 e 17 anos. Disponível em: <<http://mapadaviolencia.org.br>>. Acesso em: 29 de jun 2015.

delinquência porta a esperança de fundar um lugar de reconhecimento, legitimando aquele que a comete.

Luis Eduardo Soares (2004) complementa afirmando que a necessidade de fundar um lugar de reconhecimento nasce de um processo de invisibilidade social do jovem da periferia, que vê nos atos criminosos uma tentativa de restaurar o déficit de sentido que estes jovens vivem em seus cotidianos, seja por experiências de rejeição em casa, seja pelo abandono social do poder público (SOARES, 2004).

As representações sociais sobre juventude, principalmente sobre a juventude negra e moradora das periferias dos grandes centros urbanos do país, também tendem a contribuir para o processo de invisibilização e criminalização dos jovens, prensando-os em leituras reducionistas, que ora os colocam no lugar da total apatia política, do desejo consumista desenfreado, da superficialidade dos atos e pensamentos, ora os colocam no lugar do criminoso em potencial, do problema, do perigo.

Apesar de os estudos apontarem para uma participação mínima – se comparada à dos adultos – dos adolescentes e jovens em crimes considerados graves⁷, a opinião pública e a mídia superdimensionam essa contribuição para o aumento dos índices de violência no país. Como assinala Riccardo Cappi (2015)⁸: “o jovem é visto hoje como problema e não como possibilidade e recurso. O discurso sobre o jovem é pautado numa visão amedrontada e amedrontadora”.

São diversos os fatores que contribuem para a divulgação de estigmas, e os meios de comunicação de massa têm uma grande contribuição neste quesito, à medida que “contribuem para construção de determinadas representações sociais sobre o crime, as pessoas envolvidas em sua prática e sua responsabilização” (REIS; 2002, p. 21). Matérias descontextualizadas, uso de termos pejorativos, falta de multiplicidade de fontes são algumas das práticas exercidas

⁷ De acordo com estudos recentes, a exemplo do realizado pelo Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), apenas 0,5% dos adolescentes envolvem-se em crimes considerados graves no Brasil.

⁸ Entrevista com o especialista em criminologia, Ricardo Cappi, intitulada *O medo é politicamente rentável*, publicada na Revista Muito, no Jornal A TARDE. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/muito/noticias/1673449-cappi-o-medo-e-politicamente-rentavel>. Acesso em: 17 de abril 2015.

diariamente pelos profissionais da mídia que contribuem para a disseminação de visões preconceituosas e engessam diversidades.

Estes processos restringem outras possibilidades de entendimento da juventude, principalmente do jovem enquanto sujeito de direito, enquanto agente de transformação social. Neste sentido, vale recordar que apenas na década de 90 a juventude passa a surgir como questão na agenda política do país, tendo como marco legal dessa mudança de paradigma – da abordagem do jovem como problema, para a compreensão dos problemas da adolescência e da juventude – a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 13 de julho de 1990. De lá para cá, notam-se importantes avanços no que se refere à efetivação de políticas públicas voltadas para a garantia de direitos dos mais de 50 milhões de brasileiros e brasileiras entre 15 e 29 anos, contingente que corresponde a quase 30% da população⁹.

Nesta perspectiva, é importante ressaltar a criação da Secretaria e do Conselho Nacional da Juventude (2005), a consolidação das Conferências Nacionais de Políticas de Juventude (2008 e 2011), a ampliação das pesquisas sobre o universo juvenil e a consolidação de um marco legal para a garantia dos direitos dos jovens – Proposta de Emenda à Constituição da Juventude (PEC da Juventude) – e o recém-aprovado Estatuto da Juventude¹⁰, que institui com sua criação o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve), importantes conquistas alcançadas nos últimos dez anos no Brasil¹¹. Na contramão dessas conquistas, surgem algumas tentativas de retrocessos no que se refere às políticas públicas voltadas ao

⁹ Não há, no Brasil, um consenso acerca do parâmetro etário da juventude. Em nível internacional o parâmetro mais usado é o da Organização Nacional da Juventude: 15 e 24 anos. No Brasil, no entanto, a Lei 11.129/2005 – que cria a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude e o ProJovem – e, mais recentemente o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), estabelecem a faixa etária de 15 a 29 anos. Optamos, aqui, por considerar este parâmetro.

¹⁰ O Estatuto da Juventude foi instituído através da Lei 12.582, de 5 de agosto de 2013, e entrou em vigência em 02 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. O Estatuto determina quais são os direitos dos jovens que devem ser garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro, independente de quem esteja à frente da gestão dos poderes públicos.

¹¹ Para mais informações, consultar o artigo *Violência e Juventude no Brasil: Diálogos, controvérsias e propostas de intervenção*, de Felipe da Silva Freitas (2012). Disponível em: <http://premioodairfirmino.caritas.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Artigo-Juventude-e-Violencia-Brasil-Alemanha.pdf>

segmento juvenil, a exemplo da PEC 170/93¹² que prevê a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, o que vai de encontro com a percepção do adolescente e do jovem como sujeitos em formação e que devem, portanto, sofrer medidas socioeducativas condizentes com a sua condição.

Os fóruns e instituições representativas da juventude se configuram em espaços formais e não formais de participação social que podem ser associados ao que Regina Novaes (2008) chama de novos territórios de resistência e criatividade. Respeitadas as diversidades que singularizam os jovens, há sentimentos geracionais comuns que se relacionam a um processo de reinvenção das formas e sentidos de “estar no mundo”. É a partir deste lugar de instabilidade criativa que surgem pelo país inúmeras iniciativas capitaneadas por jovens. É preciso cuidar, contudo, para não mitificar a juventude:

Para compreender a juventude em sua diversidade é preciso ultrapassar tanto o entendimento de que a juventude é uma faixa-etária problemática (onde só se destacam aos “problemas da juventude de hoje”, enunciados em termos de gravidez precoce, as drogas e a violência) quanto, também, evitar a idealização da juventude como a única protagonista de mudanças sociais, em uma nova interpretação heróica de seu papel mítico. (NOVAES, 2008, p. 6)

A juventude não é, portanto, a única protagonista de mudanças sociais, mas, pode e vem exercendo um papel fundamental neste processo, à medida que os jovens se sentem parte integrante de um movimento de mudança em prol de uma coletividade, seja na escola, bairro, cidade ou país.

¹² A Proposta de Emenda Constitucional - PEC nº 173/93, que altera a Constituição e permite reduzir a maioridade penal para 16 anos, foi considerada apta para ser votada em março de 2015 pela Comissão Especial de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Em julho foi votada no Plenário da Câmara dos Deputados, e obteve voto favorável de 308 deputados (3/5 dos parlamentares). Para ser aprovada ainda precisará passar por um segundo turno de votação na Câmara e pela votação em dois turnos no Plenário do Senado, onde precisa do voto favorável de pelo menos 49 senadores. Se o texto aprovado pelo Senado for o mesmo aprovado pela Câmara, a PEC pode ser promulgada e passará a vigorar. A alteração da maioridade penal ainda pode ser questionada no STF (Supremo Tribunal Federal). Informações retiradas da matéria: *Caminho da proposta que reduz a maioridade penal é longo; confira*, publicada no site da UOL. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/03/31/caminho-da-proposta-que-reduz-a-maioridade-penal-e-longo-confira.htm>

Participação Social no enfrentamento à Violência

Participação Social é entendida aqui como “o processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada” (BORDENAVE, 1983, p. 25). Neste sentido, participar significa ter e tomar parte nas diferentes etapas do processo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural de um território. Utilizar um serviço, por exemplo, é apenas parte deste processo.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece, em seus artigos 27 e 29, que todos os homens têm o direito de participar livremente da vida da comunidade e que, por outro lado, têm deveres para com esta mesma comunidade, na qual é possível o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade. E, em 1976, a Conferência das Nações Unidas deixou firmado que a participação popular é um direito humano, um dever político e um instrumento essencial de construção nacional (PERUZZO, 1998, p. 275-276). Para que a participação social aconteça de forma efetiva, portanto, os atores precisam estar presentes também na formulação, produção e gestão das iniciativas, ou seja, devem se tornar corresponsáveis. Nísia Werneck e José Bernardo Toro (2004, p. 3) afirmam que “a participação é um ato de liberdade”. Todos podem ser convidados, convocados, chamados, mas a decisão de participar ou não depende exclusivamente de cada um.

Neste sentido, a participação está sendo concebida na perspectiva do ‘controle social’, na qual os diferentes atores e setores organizados da sociedade devem estar presentes desde o planejamento até o acompanhamento da execução e distribuição de recursos de determinada ação ou projeto, garantindo, assim, a satisfação no atendimento do interesse coletivo (CORREIA; 2003). Os processos participativos, no entanto, são pouco incentivados no Brasil e em outros países da América Latina. Peruzzo (1998) afirma que a baixa tradição participativa no país, aliada a pouca conscientização política e à valorização do autoritarismo, dificultam o avanço dos processos participativos. “Nossas tradições e nossos costumes apontam mais para o autoritarismo e a delegação de poder do que para o assumir o controle e a corresponsabilidade na solução dos problemas” (PERUZZO; 1998, p. 73-74).

Apesar de ainda incipientes e pouco representativos frente ao tamanho da população, os espaços de participação estão presentes na sociedade. Neles, constata-se que a maneira de participar também é um fator importante. Para Bordenave (1983), “a prova de fogo da participação não é o quanto se toma parte, mas como se toma parte” (BORDENAVE; 1983, p. 22). Em diversos projetos envolvendo jovens, por exemplo, ou mesmo em ações criadas e gerenciadas por jovens, o que se vê, é uma participação simbólica, que se resume ao campo retórico.

Muitos espaços ditos participativos possibilitam que os jovens sejam escutados, porém, daí a que suas vozes de fato impliquem em tomadas de decisão efetivas, ainda há um caminho longo a ser percorrido. Henriques (2010) destaca que este processo participativo está ligado ao desenvolvimento do conceito de cidadania:

O conceito de contemporâneo de cidadania não está relacionado apenas ao direito de escolha de representantes pelo voto, e seu sentido também não se limita aos processos eleitorais. O que se espera é que a ação cívica perpassasse as instituições políticas por meio da participação da sociedade civil, tanto na formulação quanto na execução das políticas públicas, independentemente da área de atuação. É nesse cenário que o poder público se viu diante da demanda de mudar sua forma de organização administrativa e seu desenho institucional. Constituindo fóruns para discussão e deliberação, os próprios órgãos governamentais precisam desenvolver estruturas capazes de estimular essa participação, absorver em sua dinâmica os resultados desse processo, além de prestar contas aos cidadãos sobre as suas atividades. (HENRIQUES, 2010, p. 70)

Constata-se, portanto, que não se faz necessário somente o incentivo à participação. Este é o primeiro passo. É preciso qualificar essa participação, criando ou reformulando espaços já existentes para que não se configurem em locais apenas de escuta. Indo além, é preciso que as falas sejam aproveitadas no desenvolvimento de projetos e políticas públicas para o território, incentivando a participação em todas as etapas do processo, gerando, assim, o sentimento de pertencimento e de responsabilidade na construção da cultura da não violência.

Os processos participativos com foco em jovens encontram um desafio ainda maior: precisam estar conectados com os anseios e formas de se comunicar dessa faixa geracional. Fugindo de rótulos, precisam incentivar a participação despertando o interesse e fomentando as potencialidades. E a comunicação tem um papel fundamental neste sentido.

Peruzzo (2004, p. 38), afirma que “no fundo, participação implica a tomada de decisões políticas e no emprego de metodologias adequadas de ação”. A autora acredita que, para isso acontecer, a estratégia comunicacional tem que sair do horizonte das mídias hegemônicas, buscando o caminho para facilitar a emancipação cidadã.

Em processos participativos avançados os receptores das mensagens dos meios de comunicação tornam-se também produtores e emissores das mesmas, assim como gestores do processo de comunicação. O cidadão torna-se sujeito dos meios de comunicação e tende a mudar o seu modo de ver o mundo e de relacionar-se com a mídia. (...) Há ainda a necessidade de se ter clareza da importância da efetivação de mecanismos que facilitem a representatividade da população e de suas organizações nas várias instâncias de funcionamento de um meio de comunicação ou um conselho comunitário. Para tanto, basta que se valorizem as organizações locais dando-lhes espaço efetivo de participação na tomada de decisões. (PERUZZO; 2004, p. 37-38)

Neste sentido, fortalecer os processos comunicacionais e meios locais de comunicação significa incentivar a participação qualificada na tomada de decisões. Nesta busca, a criação de conselhos, comitês ou comissões de comunicação locais são uma alternativa. De acordo com Peruzzo (2004), algumas cidades brasileiras, como Porto Alegre, já instituíram Conselhos Municipais de Comunicação. Mas, em grandes cidades existem espaços para ações ainda mais focadas nas comunidades, os Comitês Locais de Comunicação. “Estes seriam autônomos, ligados às organizações populares, e constituídos em localidades específicas de acordo com as configurações de cada região” (PERUZZO; 2004, p. 39).

Comissão de Comunicação e Mobilização Social em Convivência e Segurança Cidadã: um exemplo de participação social

Mas, como se “toma parte” nas políticas de segurança? Em que medida, o fortalecimento da participação social de jovens de classes urbanas pobres em projetos e políticas de segurança pública contribui para o enfrentamento à violência? É a partir da experiência das comissões de Comunicação e Mobilização Social em Convivência e Segurança Cidadã¹³ criadas no âmbito do Programa Conjunto da Organização das Nações

¹³ As atividades do Programa Conjunto da ONU "Segurança com Cidadania" foram encerradas em dezembro de 2013. Desde então, não foi feito um acompanhamento sistemático da atuação das comissões de Comunicação e

Unidas (ONU) “Segurança com Cidadania”¹⁴ que tentaremos responder às perguntas acima citadas. Tentativa que não tem a pretensão de esgotar as reflexões que estas perguntas abarcam, mas sim de suscitar novas questões sobre a participação social de jovens em políticas de segurança pública.

Com o objetivo de prevenir a violência, criando ambientes mais seguros e saudáveis para meninos e meninas entre 10 e 24 anos, o Programa foi implementado em regiões específicas de três municípios brasileiros: Nacional, em Contagem (MG); Itinga, em Lauro de Freitas (BA); e Grande São Pedro, em Vitória (ES). A metodologia previu a criação de instâncias participativas de gestão. Fez parte das ações preparatórias do Programa a definição de um Ponto Focal – representante do poder público municipal responsável por estabelecer o diálogo entre a gestão e as agências da ONU – e a criação do Comitê Gestor Local. Esta, a principal instância participativa do programa. Composto por representantes de diferentes áreas da gestão pública (saúde, educação, cultura, segurança, entre outros), lideranças comunitárias e agentes de segurança (guardas municipais, policiais militares e civis), o Comitê teve caráter deliberativo, decidindo sobre a organização e o funcionamento do projeto, aprovando encaminhamentos e propondo ações a serem desenvolvidas.

Para garantir o funcionamento e a participação efetiva dos seus membros, o Comitê Gestor Local era subdividido em comissões. Vale ressaltar que – apesar de representar o público foco das ações do Programa, como expressa o seu objetivo geral – nos três municípios não se notava a presença de jovens na instância. Cada comissão ficava responsável por pensar ações voltadas para os eixos da abordagem conceitual da Convivência e Segurança Cidadã adotada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), agência líder da ação. Desta forma, foi elaborado o Diagnóstico Integral e Participativo e o Plano Integral e

Mobilização Social nos três municípios. Portanto, neste artigo, nos deteremos na análise do impacto da criação da Comissão e das atividades realizadas durante o período em que o Programa estava sendo realizado.

¹⁴ O Programa teve como objetivo prevenir a violência, criando ambientes mais seguros e saudáveis para meninos e meninas entre 10 e 24 anos. Foi implementado em três municípios brasileiros (Lauro de Freitas-BA; Contagem-MG e Vitória-ES) entre os anos de 2010 e 2013. Seis agências da ONU (UNODC, UNICEF, UNESCO, OIT, ONU-HABITAT e PNUD) participaram da iniciativa, desenvolvendo ações diversas nos municípios participantes. O PNUD, agência líder, foi responsável pela elaboração de um Diagnóstico Integral e Participativo e um Plano Integral e Participativo em Convivência e Segurança Cidadã junto com os atores locais de Contagem, Vitória e Lauro de Freitas, além de desenvolver outras ações de capacitação junto aos diferentes atores (agentes de segurança, gestores públicos, representantes da sociedade civil organizada e da comunidade local). Informações disponíveis no site: www.segurancacomcidadania.org.br. Acesso em: 03/12/2013.

Participativo em Convivência e Segurança Cidadã, instrumentos políticos voltados para a promoção de uma cultura de paz nos territórios.

Durante os encontros das comissões, no entanto, especificamente no Comitê Gestor de Lauro de Freitas (BA), começou-se a pontuar alguns entraves que posteriormente foram identificados como sendo questões comuns aos demais municípios integrantes do Programa. Entre eles, a dificuldade de sensibilização e mobilização de adolescentes e jovens para participação no Comitê Gestor, bem como nas demais atividades do Programa. Entre os problemas diagnosticados, estavam: insuficiência de informações públicas sobre cultura de segurança cidadã e convivências sustentáveis, a dificuldade de comunicação interna e mobilização entre os integrantes do Comitê Gestor Local, a frágil mobilização popular no enfrentamento das violências contra a mulher, a criança, o adolescente e o jovem e o processo de estigmatização da comunidade e consequente criação de estereótipos de seus moradores, reforçado pelo discurso midiático local e regional.

“Chega de ficarmos falando uns para os outros, precisamos ecoar as nossas vozes”; “comunicar é mobilizar o outro, é passar adiante a informação”; “precisamos gritar para todo o mundo ouvir”. Essas foram algumas das falas que demonstraram o desejo do grupo de utilizar a comunicação para transformar suas realidades (Caderno Municipal de Lauro de Freitas; 2013, p. 58). E, a partir desse desejo, foi formada a Comissão de Comunicação e Mobilização Social¹⁵ de Lauro de Freitas. Através de oficinas de Comunicação e Mobilização Social foram compostas comissões similares nos municípios de Contagem (MG) e Vitória (ES). Cada comissão teve a sua forma de funcionar, de acordo com a realidade, as demandas, o perfil de cada comunidade. No entanto, um ponto em comum às três comissões foi a ampliação e qualificação da participação dos jovens no processo de gestão e implementação do Programa Conjunto.

¹⁵ Trata-se de um grupo de trabalho do Comitê, cujo objetivo principal é acompanhar o desenvolvimento do projeto com um olhar voltado para a comunicação e a mobilização social. A Comissão tem papel fundamental na elaboração e implementação de uma política de comunicação e mobilização social em Convivência e Segurança Cidadã que garanta pluralidade de vozes e descentralização das informações. (PNUD, 2013).

Na comissão baiana, uma ação de destaque foi a realização de Rodas de Diálogo sobre a temática da Convivência e Segurança Cidadã. Pensadas por lideranças jovens, as rodas funcionaram como um importante instrumento de sensibilização dos meninos e meninas para participarem das ações e para difundirem os conhecimentos acerca da abordagem da Convivência e Segurança Cidadã nos seus espaços de circulação. As rodas foram o primeiro passo para os jovens se aproximarem do Programa e de sua instância participativa de gestão, à medida que funcionaram como um canal de compartilhamento de informações. Através delas, os jovens locais acessaram informações sobre políticas de segurança pública, estratégias e abordagens de prevenção à violência, bem como informações sobre as possibilidades de participação efetiva nos processos de implementação de uma política de segurança em suas comunidades.

Ou seja, para participar, é preciso comunicar. É necessário, no mínimo, ter informações sobre a questão e dialogar sobre ela com os demais. Quando as informações chegam de forma insuficiente ou há ruídos no processo e a clareza da mensagem é prejudicada (ou quando a informação não chega de forma alguma), é impossível um processo significativo de participação popular. Para garantir processos participatórios amplos e representativos, portanto, é necessário comunicar. Comunicar com clareza, promovendo o diálogo, dando voz às diferentes representações sociais, e, indo além, apropriando-se do que é discutido, usando o conhecimento local para a melhoria do território, e, ampliando estes processos para níveis maiores e mais abrangentes, construindo, dessa forma, as mudanças desejadas.

É importante, também, destacar os processos que vêm após a sensibilização. Um deles é entender que a garantia de uma participação efetiva pressupõe a permanência nos processos decisórios e a corresponsabilização pela(s) causa(s) em questão. Ainda no exemplo da Comissão de Lauro de Freitas, vale destacar que duas jovens inicialmente sensibilizadas pelas rodas, passaram a compor a Comissão de Comunicação – tendo, portanto, voz e voto nos processos decisórios do Comitê Gestor Local – e, indo além, compuseram a instância gestora de um dos projetos previstos no Plano Integral e Participativo de Convivência e Segurança Cidadã de Itinga, que foi executado no âmbito das ações do Programa Conjunto.

Participando das reuniões, as jovens contribuíram para trazer o olhar e as demandas deste segmento para a elaboração do projeto, bem como interferiram – juntamente com os demais membros da coordenação do projeto (entre eles policiais militares, guardas municipais, gestores públicos e lideranças comunitárias) – no direcionamento do recurso investido na ação, no monitoramento das atividades e redirecionamento delas, quando necessário.

Neste sentido, a mobilização social pode ser definida como “uma reunião de sujeitos que definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação de uma dada realidade, movidos por um acordo em relação à determinada causa de interesse público” (BRAGA; HENRIQUES; MAFRA; 2004, p.36). Para Henriques (2004), a mobilização social é abordada como um processo comunicativo de interlocução e de interação entre os sujeitos que agem coletivamente em prol da segurança pública.

A mobilização social efetiva, assim, gera a criação de vínculo. E quanto maior o grau de vinculação do sujeito, maior sua capacidade de agir, de se transformar em um agente. Durante a oficina de Comunicação e Mobilização Social em Vitória (ES), o jovem capixaba Enauro Feijó, após debater sobre ações de mobilização e comunicação em sua comunidade, chegou a conclusão que “mobilizar é despertar o olhar de possibilidade no outro” (Caderno Municipal Vitória, 2013, p. 30). Despertar o olhar de possibilidade é mostrar que é possível fazer, que aquela comunidade tem o poder para mudar, mas que, para isso, antes, é preciso participar.

A Comissão de Comunicação e Mobilização Social teve um papel importante, também, no que se refere à garantia da sustentabilidade das ações traçadas de forma participativa durante a elaboração do Plano Integral e Participativo de Convivência e Segurança Cidadã, por meio do fortalecimento e da capacitação da sociedade civil organizada. A grande força do Plano está na própria comunidade que participou da sua construção e tem o maior interesse e necessidade de ver as ações propostas sendo executadas. Pensando assim, a apropriação do Plano pela comunidade como um todo e o empoderamento dela para acompanhar, cobrar e ajudar na sua implementação, tornam-se fundamentais. Desta forma, os atores sociais cumprem seu papel de sujeito político, exercendo o controle social. (PNUD, 2013).

Em Vitória (ES), a participação dos jovens na Comissão de Comunicação e Mobilização Social foi fundamental para garantir a sustentabilidade das ações, uma vez que o Programa chegava ao fim justamente durante o processo eleitoral e de mudança na gestão municipal. A troca de prefeito, no entanto, tornou-se uma oportunidade de ação da Comissão. O prefeito eleito, antes de tomar posse, realizou audiências públicas nas regiões administrativas do município, com o objetivo de ouvir as principais demandas da população local. A Comissão aproveitou essa oportunidade para fazer a entrega do Plano ao novo prefeito, apresentando-o como uma demanda da comunidade local. Assim, de posse e conhecimento do Plano, poder público e sociedade civil podem verificar ao longo do tempo se o que foi acordado estava sendo realizado, fazendo, desta forma, um exercício de monitoramento dos resultados para o desenvolvimento.

Através desses exemplos observa-se que a participação de jovens moradores de bairros populares marcados por elevados índices de violência em espaços de construção de políticas públicas voltadas para a prevenção das violências, como a Comissão de Comunicação e Mobilização Social, pode representar um importante passo para que a participação cidadã se constitua em poder cidadão, como destaca Sherry Arnstein:

Participação é a redistribuição de poder que permite aos cidadãos sem-nada, atualmente excluídos dos processos políticos e econômicos, a serem ativamente incluídos no futuro. Ela é a estratégia pela qual os sem-nada se integram ao processo de decisão acerca de quais as informações a serem divulgadas, quais os objetivos e quais as políticas públicas que serão aprovadas, de que modo os recursos públicos serão alocados, quais programas serão executados e quais benefícios, tais como terceirização e contratação de serviços, estarão disponíveis. Resumindo, a participação constitui o meio pelo qual os sem-nada podem promover reformas sociais significativas que lhes permitam compartilhar dos benefícios da sociedade envolvente. (ARNSTEIN; 2002, p. 1-2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação de jovens ainda desponta como grande desafio das iniciativas de segurança pública. Muitos programas, políticas e projetos são feitos para os jovens, mas sem eles, sem escutá-los, sem conhecer as suas demandas e identificar suas potencialidades. À medida que começam sentir-se como parte integrante de um movimento de mudança em prol

de uma coletividade, seja na escola, bairro, cidade ou país, os jovens podem atuar efetivamente, tornando-se corresponsáveis pelas ações e pelos seus resultados.

Mas, para se sentirem empoderados, precisam perceber que têm poder, ou seja, recursos para intervir, cobrar, sugerir e participar da melhoria da qualidade de vida de seus territórios. José Ignacio López Vigil (2003, p. 485) define empoderamento como “encher-se de poder, assenhorear-se de nós mesmos”. Assim, empoderar é um princípio essencial para os processos participativos. E poder, aqui, é entendido no sentido definido por John B. Thompson (2011, p. 38), como a “capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências”.

Nesse processo, as práticas de comunicação e mobilização social podem ter um papel crucial. Como visto nos exemplos apresentados, estas práticas, desenvolvidas em projetos na área de segurança pública, têm um grande potencial para atrair e inserir os jovens nos espaços de participação política, contribuindo desta forma para retomada do sentido de pertencimento perdido dentre as tantas exclusões, negações e medos diários. Isso por que desempenham um papel fundamental no processo de fortalecimento da identidade social, na medida em que contribuem para estimular atores sociais a exercerem o controle social democrático e o desempenho de novos papéis nas comunidades onde vivem e atuam (PNUD, 2013).

Empoderada, munida de recursos e com voz ampliada, a juventude tem chances reais de se converter em uma faixa geracional ativa na sociedade, com potência para participar ativamente das ações e projetos que podem mudar a realidade dos locais onde vivem. Evidente que esse não se trata de um processo simples e de fácil execução. Os desafios da participação social no Brasil e outros países da América Latina apresentam questões que são históricas e culturais. No sentido de trabalho com jovens, o incremento à participação, além de superar essas questões, precisa trabalhar com as peculiaridades da geração, despertando neles o interesse pela cidadania em seu sentido amplo – que ultrapassa os direitos, falando também dos deveres todos, especialmente na definição dos rumos da comunidade ao qual pertencem (GORCZEVSKI; MARTIN; 2011).

Outro desafio para participação está na cobertura midiática de temas relacionados à juventude e à violência. A mudança esperada aqui deve se pautar na busca da construção de uma prática jornalística mais ética e comprometida com as transformações sociais, que

possam contribuir para reposicionar as visões sobre a relação entre os jovens e a violência e ampliar o olhar sobre a atuação das forças policiais. Desta forma, cientes dos desafios e também conscientes do potencial que possuem as ações de comunicação e mobilização social na transformação da sociedade, ressaltamos que a necessidade de se trabalhar no reposicionamento do olhar sobre os jovens de classes urbanas pobres, para que as representações sociais acerca da juventude e da violência deixem o lugar do jovem como problema, passando a identificá-lo como cidadão e com possibilidades e recursos para a mudança.

REFERÊNCIAS

ARNSTEIN, S. R. **Uma escada da participação cidadã**. Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.

BORDENAVE, J. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRAGA, C. S.; HENRIQUES, M. S.; MAFRA, R. L. M. O Planejamento da comunicação para mobilização social: em busca da corresponsabilidade. *In*: HENRIQUES, M. S. (Org.) **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

CAPPI, Riccardo. O medo é economicamente rentável. Revista Muito. Jornal A TARDE. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/muito/noticias/1673449-cappi-o-medo-e-politicamente-rentavel>. Acesso em 17 de abril de 2015.

Caderno Municipal do Programa Conjunto da ONU “Segurança com Cidadania” em Contagem, MG. Brasília: PNUD, UNESCO, UNICEF, OIT, UNODC, ONU Habitat – Ministério da Justiça, 2013.

Caderno Municipal do Programa Conjunto da ONU “Segurança com Cidadania” em Lauro de Freitas, BA. Brasília: PNUD, UNESCO, UNICEF, OIT, UNODC, ONU Habitat – Ministério da Justiça, 2013.

Caderno Municipal do Programa Conjunto da ONU “Segurança com Cidadania” em Vitória, ES. Brasília: PNUD, UNESCO, UNICEF, OIT, UNODC, ONU Habitat – Ministério da Justiça, 2013.

CORREIA, M. V. C. Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br/revista/download/Rev20120302.pdf>. Acesso em: 18 de dezembro de 2012.

GORCZEWSKI, C.; MARTIN, N. B.. **A necessária revisão do conceito de cidadania:** movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

GURSKI, R.. **Três ensaios sobre Juventude e Violência.** Aos treze: uma crônica da adolescência contemporânea. Escuta/Clínica Maud Mannoni: São Paulo, 2012.

HENRIQUES, M. S.. **Comunicação e mobilização social na prática de polícia comunitária.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

NOVAES, R.. **Juventude, juventudes.** Jovens das “classes C, D e E” frente aos dilemas de sua geração. Subsídios para o Seminário Juventude e Teledramaturgia. Edital FICTV/MAIS CULTURA, 2008.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos Movimentos Populares:** A participação na construção da cidadania. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania.** In: Revista Latinoamericana de Ciencias de La Comunicación, 2004. Disponível em: <http://www.alaic.net/revistaalaic/index.php/alaic/article/view/145/166>. Acessado em janeiro de 2014.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Guia de Comunicação e Mobilização Social em Convivência e Segurança Cidadã.** Coletânea Convivência e Segurança Cidadã: guias de gestão territorial participativa. Brasília, 2013.

_____. **Guia de Preparação: Ações Iniciais no Território.** Coletânea Convivência e Segurança Cidadã: guias de gestão territorial participativa. Brasília, 2013.

REIS, D.. **A Marca de Caim: As características que identificam o “suspeito”, segundo relatos de policiais militares.** Caderno CRH, Salvador, n. 36, p. 181-196, jan./jun. 2002.

SOUZA, J.. **A construção social da subcidadania – por uma Sociologia Política da Modernidade Periférica.** Editora UFMG: Belo Horizonte, 2003.

SOARES, L. E. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, R; VANNUCHI, P. (Org.). **Juventude e sociedade:** trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Instituto Cidadania, 2004

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade:** Uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D. **Mobilização social – um modo de construir a democracia e a participação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VIGIL, José I. L. **Manual urgente de radialistas apaixonados.** São Paulo: Paulinas, 2003.



**Direitos Humanos,
Ética e Dignidade**

18 a 24 de outubro de 2015

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2014: Homicídios e Juventude no Brasil.** Rio de Janeiro, 2014.